



## ADMINISTRATIVO COMUM

**Dados Básicos**

NUP:	00604.000774/2020-93
Tipo:	PROCESSO
Abertura:	21/07/2020 22:19
Volume(s):	1
Fase Atual:	CORRENTE
Classificação:	OUTROS ASSUNTOS REFERENTES À DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (069)
Espécie:	ADMINISTRATIVO COMUM
Procedência:	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Meio:	ELETRÔNICO
Valor:	R\$ 0,00
Restrição de Acesso:	NÃO
Acesso Internet:	NÃO
Vinculações:	NÃO HÁ

**Interessados (5 no máximo)**

Nome	Modalidade	Representado AGU
MARTINHO ALVES DOS SANTOS JUNIOR (273.273.348-23)	REQUERENTE (PÓLO ATIVO)	NÃO

**Assuntos**

Nome	Principal
ANÁLISE DE DOCUMENTO PROTOCOLADO VIA PROTOCOLO ELETRÔNICO (26715)	SIM

**Informações**

Título:	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (PGU)
Descrição:	OFÍCIO JUDICIAL - 1034529-82.2019.8.26.0577
Outro Número:	

**Localização**

Setor Atual:	PROTOCOLO (PSFSJC)
Localizador:	

**Tramitações Recentes (5 últimas)**

Origem	Destino	Recebido
--------	---------	----------

**PROTOCOLO ELETRÔNICO**

REALIZADO POR: MARTINHO ALVES DOS SANTOS JUNIOR

EM NOME DE:

NA DATA: 2020-07-21 22:19:12

TIPO: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (PGU)

PARA: PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

PROCESSO DIGITAL Nº: 1034529-82.2019.8.26.0577 CLASSE 1ª ASSUNTO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - DEFEITO, NULIDADE OU ANULAÇÃO REQUERENTE: CRIL EMPREENDIMENTO AMBIENTAL LTDA REQUERIDO: PETROBRAS - PETROLIO BRASILEIRO S/A (FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA) TRAMITAÇÃO PRIORITÁRIA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 16 DE JULHO DE 2020. PREZADO(A) SENHOR(A), PELO PRESENTE, VENHO INFORMAR VOSSA SENHORIA QUE A SENTENÇA DATADA, PROFERIDA NOS AUTOS EM EPÍGRAFE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO PELA PARTE AUTORA REVOGANDO A TUTELA CONCEDIDA PARA SUSPENDER A PUBLICIDADE DAS SANÇÕES APLICADAS À AUTORA, CRIL EMPREENDIMENTO AMBIENTAL LTDA, CNPJ Nº 09.234.399/0001-40, DE MODO QUE SUA ANOTAÇÃO FICASSE INVISÍVEL AOS ENTES PÚBLICOS E A POPULAÇÃO EM GERAL ATÉ O JULGAMENTO DESTA CAUSA, A QUAL SE DEU EM 26/06/2020. PARA PROCESSOS FÍSICOS, A RESPOSTA DEVERÁ SER ENVIADA EM PAPEL. NO CASO DE PROCESSOS DIGITAIS, A RESPOSTA E EVENTUAIS DOCUMENTOS DEVERÃO SER ENCAMINHADOS AO CORREIO ELETRÔNICO INSTITUCIONAL DO OFÍCIO DE JUSTIÇA (SJCAMPOS4CV@TJSP.JUS.BR), EM ARQUIVO NO FORMATO PDF E SEM RESTRIÇÕES DE IMPRESSÃO OU SALVAMENTO, DEVENDO CONSTAR NO CAMPO "ASSUNTO" O NÚMERO DO PROCESSO. ATENCIOSAMENTE. JUIZ(A) DE DIREITO: DR(A). HEITOR FEBELIANO DOS SANTOS COSTA AO(À) CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO CGU ENDEREÇO: SAS, QUADRA 01, BLOCO A, EDIFÍCIO DARCY RIBEIRO BRASÍLIA/DF CEP: 70070-905

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São José dos Campos

FORO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

4ª VARA CÍVEL

Avenida Salmão, 678, São José dos Campos, CEP.: 12246-260 – São José dos Campos

Telefone: (12)38787100 - E-mail: sjcampos4cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: 1034529-82.2019.8.26.0577  
 Classe – Assunto: Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação  
 Requerente: Cril Empreendimento Ambiental Ltda  
 Requerido: Petrobras - Petróleo Brasileiro S/A

Juiz de Direito: Matheus Amstalden Valarini

Cril Empreendimento Ambiental Ltda ajuizou demanda contra Petrobras - Petróleo Brasileiro S/A, afirmando, em síntese, que: presta serviços de gerenciamento, coleta, transporte, armazenamento, blindagem, análise química e processamento de resíduos, entre outras atividades correlatas, trabalhando na maior parte das vezes em favor da administração pública; depois de passar por procedimento licitatório, celebrou contrato com a ré, tendo por objeto a separação da fase sólida e líquida de efluente da ETDI da Refinaria Henrique Lage (REVAP); por diversos fatores logísticos, alheios à sua vontade, não conseguiu executar o objeto do pacto, o que levou a requerida a promover sua rescisão em 30.08.2018; a demandada aplicou-lhe penas de multa e de suspensão de participação em licitação, impedimento de contratar com a empresa e suspensão e impedimento cadastral, com abrangência nacional, pelo período de 24 meses; avençou o parcelamento da sanção e vem pagando os valores; a outra penalidade a impede de exercer as atividades junto a outros clientes; embora a restrição diga respeito apenas à ré, na prática obsta a prestação de serviços a qualquer órgão público, em razão de sua inscrição no CEIS (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspeitas); não tem conseguido êxito nos certames em que participa, porque, em razão de exigência editalícia, termina desclassificada ou perde pontuação, ficando em posição de desvantagem perante concorrentes; os prejuízos atingem outras empresas das quais seus sócios participam, mesmo não tendo integrado o contrato que originou a reprimenda; a sanção é desproporcional e traz consequências gravíssimas, impedindo o próprio exercício de suas atividades. Postulou a autora, ao final, a anulação da aplicação da penalidade e a retirada do registro do CEIS, ou, subsidiariamente, a redução do prazo para seis meses.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São José dos Campos

FORO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

4ª VARA CÍVEL

Avenida Salmão, 678, São José dos Campos, CEP.: 12246-260 – São José dos Campos

Telefone: (12)38787100 - E-mail: sjcampos4cv@tjsp.jus.br

Deferiu-se a tutela de urgência pleiteada (fl. 234). A autora opôs embargos de declaração (fls. 236-238), que foram rejeitados (fl. 243).

A requerida contestou (fls. 261-286), arguindo incompetência do juízo e ilegitimidade ativa e passiva. No mérito, aduziu, basicamente, que: o contrato celebrado entre as partes é ato jurídico perfeito e suas regras devem ser observadas; a requerente não realizou o objeto previsto no pacto; em razão da mora da demandante, os resíduos tiveram de ser acondicionados em tanques; a inexecução foi gravíssima, causando inúmeros prejuízos; a avença estabelecia que o inadimplemento sujeitaria a autora a penalidades ali definidas e também a cominadas na legislação; a requerente foi submetida a sanções administrativas contidas no regulamento do procedimento licitatório e no manual para a contratação; não violou qualquer norma jurídica; está obrigada a encaminhar os dados das empresas suspensas à Controladoria Geral da União – CGU, única responsável pela administração da ferramenta CEIS; não tem ingerência sobre o cadastro; as restrições referidas pela demandante não decorrem da sanção que aplicou; não visou ampliar a pena para outros entes públicos; em pesquisa realizada no *site* eletrônico da CGU, não encontrou no CEIS qualquer restrição relacionada à pessoa dos sócios da autora ou às demais empresas que integram o grupo; após a aplicação da sanção administrativa, com vigência a partir de 18.07.2019, a requerente firmou outros contratos com o Governo Federal; a autora confunde restrições derivadas de inscrição no CEIS com cautelas de integridade/conformidade impostas por lei; agiu licitamente na divulgação das informações; não há razão para revisão da sanção imposta; houve exercício regular de direito.

Seguiram-se réplica (fls. 542-547) e outras manifestações.

**É o relatório.**
**Fundamento e decido.**

As partes tiveram oportunidade para juntar documentos e os fatos relevantes estão esclarecidos pelos elementos apresentados, revelando-se prescindíveis, diante das questões debatidas, a inquirição de pessoas e a realização de perícia. Assim, passa-se ao imediato julgamento da causa.

De início, verifico que é descabida a alegação de incompetência. A demanda versa exclusivamente sobre a validade da aplicação de sanção e do respectivo registro, pela ré, em banco de dados pertinente. Não estão em discussão eventuais impropriedades na gestão das informações pelo órgão público mantenedor do cadastro. A autora questionou apenas a conduta da requerida. Como a lide não trata de atos praticados por ente federal ou questões de interesse da União, o feito não é de competência da Justiça Federal. Rejeita-se, assim, a exceção

No mais, é infundada a arguição de ilegitimidade ativa. A demandante reivindica somente a desconstituição de pena a ela imposta, não tendo feito pedido com relação a seus

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São José dos Campos

FORO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

4ª VARA CÍVEL

Avenida Salmão, 678, São José dos Campos, CEP.: 12246-260 – São José dos Campos

Telefone: (12)38787100 - E-mail: sjcampos4cv@tjsp.jus.br

sócios ou outras empresas de que participam, a despeito de mencioná-los.

Também não há que se falar em ilegitimidade passiva. Considerando a narrativa inicial e a postulação apresentada, existe pertinência subjetiva da ré para a demanda. Afinal, a controvérsia diz respeito à regularidade dos atos que praticou, pouco importando, aqui, a responsabilidade pela administração do cadastro em que a pena foi anotada.

Destarte, ficam afastadas as objeções.

Passando ao mérito, anoto que não pode ser acolhida a pretensão deduzida na presente ação.

É incontroverso que as partes celebraram contrato, tendo por objeto a prestação, pela autora, de serviços de acondicionamento, coleta e transporte de resíduos (fls. 119-200), mas ela não conseguiu desenvolver as atividades previstas.

É incontroverso, também, que, em razão do descumprimento do pacto pela requerente, a ré aplicou sanções de multa e de suspensão de participação em licitação, impedimento de contratar com a empresa e suspensão e impedimento cadastral, com abrangência nacional, pelo período de 24 meses a partir de 18.07.19 (fl. 217).

É incontroverso, por fim, que as penalidades restritivas foram inseridas no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspeitas, gerido pela Controladoria Geral da União e disponível no 'Portal da Transparência' do Governo Federal (fls. 218-219).

Nesse quadro, verifica-se que não se sustenta a reclamação da demandante.

Em que pese os argumentos apresentados, são válidos os atos praticados pela requerida, não sendo cabível sua desconstituição ou revisão.

Com efeito, a empresa-ré aplicou à autora regularmente as reprimendas estipuladas para casos de descumprimento de obrigações contratuais.

A proibição temporária de participação em licitação e contratação está prevista no Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado, aprovado pelo Decreto 2.745 de 24 de agosto de 1998, como uma das sanções por inexecução do pacto (art. 7.3 – fl. 421).

Tal normativa foi editada em atenção ao que estatui a Lei Federal nº 9.478/97, a qual dispõe sobre a política energética nacional, traçando parâmetros para licitações e contratações efetuadas pela Petrobras.

O regulamento, por sua vez, é mencionado no instrumento negocial firmado pelas partes como ato que também rege a relação jurídica (cláusula 23.4 – fl. 153).

A avença entabulada, a propósito, contempla expressamente a possibilidade de


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São José dos Campos

FORO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

4ª VARA CÍVEL

Avenida Salmão, 678, São José dos Campos, CEP.: 12246-260 – São José dos Campos

Telefone: (12)38787100 - E-mail: sjcampos4cv@tjsp.jus.br

imposição concomitante de multa e outras penas fixadas na legislação para casos de inadimplemento de prestações (cláusula 8.4 – fl. 136). Ou seja, a cominação estava definida nas normas que regem o vínculo obrigacional.

E não se vê ilegalidade em sua imposição. A demandada decidiu pela punição da autora e a comunicou. Foram observadas as formalidades necessárias. Existia fundamento para a incidência da reprimenda, porquanto a requerente violou o pacto.

De outro lado, a sanção não se afigura desproporcional. Ela guarda correspondência com o ilícito praticado pela demandante. O inadimplemento gerou consequências nocivas à requerida, justificando a suspensão dos direitos de participar de licitações e manter negócios.

A aplicação das restrições consiste em resposta adequada à infração, possuindo a função de compensar a demandada pelos prejuízos oriundos do fato e simultaneamente censurar a autora, instando-a a não repetir o comportamento. Ou seja, atende às funções ressarcitória e inibitória de novas faltas.

Nessa linha, não se vê incompatibilidade entre a medida e o evento. As limitações afiguram-se apropriadas à hipótese, guardando observância ao critério da razoabilidade. Não ficou demonstrado excesso no castigo. Não está delineado desequilíbrio entre a sanção e a conduta da demandante.

No mais, não ficou comprovada impropriedade na inclusão da requerente no CEIS. A providência é consequência natural do apenamento, considerando que o sistema relaciona todas as empresas que desrespeitam normas legais ou convencionais em relações mantidas com órgãos estatais.

Realmente, o cadastro aberto pelo Governo Federal abriga as informações relativas a pessoas jurídicas que desobedecem a lei ou violam pactos entabulados com entes públicos. A prática de transgressão implica, após a devida apuração, o registro das respectivas reprimendas no cadastro mencionado.

Não houve, portanto, irregularidade no lançamento da autora em tal banco de dados. Ao revés, a demandada estava obrigada, pelos preceitos jurídicos vigentes, a encaminhar o nome da demandante à CGU, para inserção no CEIS. A listagem era a medida cabível.

E a anotação foi lavrada de maneira adequada. Segundo se vê, constava do registro unicamente a sanção imposta pela requerida (fls. 218-219 e 557). O apontamento diz respeito apenas à requerente, não atingindo sócios ou outras organizações. Não existe evidência de incorreção nas informações colocadas no sistema.

Não foi averbada limitação diversa da imposta à autora, nem se mencionaram


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São José dos Campos

FORO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

4ª VARA CÍVEL

Avenida Salmão, 678, São José dos Campos, CEP.: 12246-260 – São José dos Campos

Telefone: (12)38787100 - E-mail: sjcampos4cv@tjsp.jus.br

seus integrantes ou empresas do grupo. Não há como dizer, assim, que a demandada portou-se de modo ilegítimo no caso. Ocorreu válida inscrição da requerente no catálogo federal de entidades qualificadas como inidôneas e suspeitas.

De todo modo, eventuais imperfeições nas informações publicadas no cadastro não poderiam ser imputadas à requerida. Afinal, o administrador do sistema é que tem responsabilidade pela correção do conteúdo da listagem e pela forma de exposição. Ou seja, os equívocos na inserção, manipulação ou divulgação de dados são estranhos à demandada.

Tais problemas devem ser solucionados junto ao gestor da ferramenta. O mau uso dos dados também pode ocasionar a adoção de medidas junto ao responsável. Isto é, se houver indevido bloqueio à participação em licitações ou negativa abusiva de celebração de negócios, a autora pode tomar providências contra o ente que promove os atos.

Assim, não pode a demandante alegar que, por culpa da ré, ficou abusivamente impossibilitada de celebrar outros pactos. A restrição imposta é válida, implicando regular alijamento da autora de contratações realizadas por organizações públicas e privadas.

Lembro que empresas públicas e sociedades de economia mista submetem-se a diversas limitações quando da escolha de prestadores de serviços. Há vários diplomas normativos que impedem a admissão de empresas em certames e a celebração de avenças em certas situações (Lei nº 8.666/93, Lei nº 13.303/16, etc).

Portanto, os prejuízos noticiados pela demandante podem decorrer de lícitas decisões tomadas de acordo com o ordenamento por entidades com participação estatal.

De todo modo, a irregular negativa de contratar a autora com base no registro aqui debatido deve ser objeto de reclamação, perante o responsável, na via própria. Fato é que não se pode culpar a requerida por fatos dessa natureza.

Em suma, o pretenso excesso no alcance da reprimenda não justifica a invalidação dos atos praticados pela ré. Havendo incorreções no registro da sanção ou ilegalidade no emprego da informação, a autora deve procurar o órgão que mantém o cadastro ou aquele que interpreta erroneamente a restrição.

Nesse contexto, não há como prover a postulação inicial. Não existe nulidade das ações praticadas pela requerida no caso. Foi válida a aplicação de corretivo à autora.

Não se pode, ainda, alterar o prazo da suspensão. Não há fundamento para rever o tempo de vigência da penalidade. A demandada fixou o lapso, conforme lhe facultava a norma jurídica de regência, observando as circunstâncias. Não se vê razão jurídica para reduzir o período. Não se justifica, na situação, a intervenção judicial sobre o procedimento de punição da autora por ilícito contratual.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São José dos Campos

FORO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

4ª VARA CÍVEL

Avenida Salmão, 678, São José dos Campos, CEP.: 12246-260 – São José dos Campos

Telefone: (12)38787100 - E-mail: sjcampos4cv@tjsp.jus.br

Ante o exposto, **JULGAM-SE IMPROCEDENTES** os pedidos formulados na ação, revogando a tutela provisória concedida e resolvendo o mérito nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

A autora arcará com as custas judiciais e despesas processuais, bem assim pagará honorários advocatícios em favor do(s) procurador(es) da requerida, verba arbitrada, com base no art. 85, §§ 1º e 2º, do CPC, em 20% do valor atualizado da causa.

Comunique-se imediatamente a Controladoria Geral da União.

Publique-se. Intime-se.

São José dos Campos, 26 de junho de 2020

ASSINATURA DIGITAL

*Matheus Amstalden Valarini*

Juiz de Direito Auxiliar

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



### CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0498/2020, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Vinicius Dantas Garcia (OAB 12831/RN)	D.J.E
Luis Gustavo Vincenzi Silveira (OAB 211252/SP)	D.J.E
Helio Siqueira Junior (OAB 62929/RJ)	D.J.E
Martinho Alves dos Santos Junior (OAB 196587/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Ante o exposto, JULGAM-SE IMPROCEDENTES os pedidos formulados na ação, revogando a tutela provisória concedida e resolvendo o mérito nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. A autora arcará com as custas judiciais e despesas processuais, bem assim pagará honorários advocatícios em favor do(s) procurador(es) da requerida, verba arbitrada, com base no art. 85, §§ 1º e 2º, do CPC, em 20% do valor atualizado da causa. Comunique-se imediatamente a Controladoria Geral da União. Publique-se. Intime-se."

Do que dou fé.  
São José dos Campos, 16 de julho de 2020.

Daniel de Moura Dias

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIEL DE MOURA DIAS, em 16/07/2020 às 17:59:00, sob o número W5JC20702054011. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1034529-82.2019.8.26.0577 e código 92982206.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**
**FORO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**
**4ª VARA CÍVEL**

Avenida Salmão, 678, Jardim Aquário - CEP 12246-260, Fone:

(12)38787100, São José dos Campos-SP - E-mail:

sjcampos4cv@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**OFÍCIO Processo Digital**

Processo Digital n°: **1034529-82.2019.8.26.0577**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação**  
 Requerente: **Cril Empreendimento Ambiental Ltda**  
 Requerido: **Petrobras - Petróleo Brasileiro S/A**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Tramitação prioritária

São José dos Campos, 16 de julho de 2020.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, venho informar Vossa Senhoria que a sentença datada, proferida nos autos em epígrafe julgou IMPROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora REVOGANDO a TUTELA CONCEDIDA para suspender a publicidade das sanções aplicadas à autora, Cril Empreendimento Ambiental Ltda, CNPJ n° 09.234.399/0001-40, de modo que sua anotação ficasse invisível aos entes públicos e a população em geral até o julgamento desta causa, a qual se deu em 26/06/2020.

Para **processos físicos**, a resposta deverá ser enviada em papel. No caso de **processos digitais**, a resposta e eventuais documentos deverão ser encaminhados ao correio eletrônico institucional do Ofício de Justiça (sjcampos4cv@tjsp.jus.br), em arquivo no formato PDF e sem restrições de impressão ou salvamento, devendo constar no campo "assunto" o número do processo.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). HEITOR FEBELIANO DOS SANTOS COSTA**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ao(À)

**CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO CGU**
**Endereço: SAS, Quadra 01, Bloco A, Edifício Darcy Ribeiro Brasília/DF**
**CEP: 70070-905**

1034529-82.2019.8.26.0577

## CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0498/2020, foi disponibilizado na página 1726 do Diário da Justiça Eletrônico em 17/07/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

## Advogado

Vinícius Dantas Garcia (OAB 12831/RN)

Luis Gustavo Vincenzi Silveira (OAB 211252/SP)

Helio Siqueira Junior (OAB 62929/RJ)

Martinho Alves dos Santos Junior (OAB 196587/SP)

Teor do ato: "Ante o exposto, JULGAM-SE IMPROCEDENTES os pedidos formulados na ação, revogando a tutela provisória concedida e resolvendo o mérito nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. A autora arcará com as custas judiciais e despesas processuais, bem assim pagará honorários advocatícios em favor do(s) procurador(es) da requerida, verba arbitrada, com base no art. 85, §§ 1º e 2º, do CPC, em 20% do valor atualizado da causa. Comunique-se imediatamente a Controladoria Geral da União. Publique-se. Intime-se."

São José dos Campos, 17 de julho de 2020.

Daniel de Moura Dias  
Escrevente Técnico Judiciário



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

**FORO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

**4ª VARA CÍVEL**

Avenida Salmão, 678, Jardim Aquários - CEP 12246-260, Fone:

(12)38787100, São José dos Campos-SP - E-mail:

sjcampos4cv@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**ATO ORDINATÓRIO**

Processo Digital n°: **1034529-82.2019.8.26.0577**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação**  
 Requerente: **Cril Empreendimento Ambiental Ltda**  
 Requerido: **Petrobras - Petróleo Brasileiro S/A**

**CERTIDÃO - Ato Ordinatório**

Certifico e dou fé que pratiquei o seguinte ato ordinatório, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC:

Ofício emitido. Sem a necessidade de comparecimento pessoal dos advogados à Unidade de Processamento Judicial, na medida em que poderão acessar o sítio do Tribunal de Justiça e ali obter cópia do documento com assinatura digital (instruindo-o com cópias processuais completas, se o caso) e, diretamente, encaminhá-lo ao(s) destinatário(s), comprovando-se nos autos no prazo de 10 (dez) dias. Caso o ofício seja destinado à Nextel, ciência de que a Unidade de Processamento Judicial providenciará a expedição utilizando-se de ferramenta disponibilizada pela empresa (<https://app.pipefy.com/public/form/rbhSqY0Z>).

Nada Mais. São José dos Campos, 17 de julho de 2020. Eu, \_\_\_\_,  
 Priscyla Fernanda da Silva Gomes, Escrevente Técnico  
 Judiciário.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0507/2020, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Vinicius Dantas Garcia (OAB 12831/RN)	D.J.E
Luis Gustavo Vincenzi Silveira (OAB 211252/SP)	D.J.E
Helio Siqueira Junior (OAB 62929/RJ)	D.J.E
Martinho Alves dos Santos Junior (OAB 196587/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Ofício emitido. Sem a necessidade de comparecimento pessoal dos advogados à Unidade de Processamento Judicial, na medida em que poderão acessar o sítio do Tribunal de Justiça e ali obter cópia do documento com assinatura digital (instruindo-o com cópias processuais completas, se o caso) e, diretamente, encaminhá-lo ao(s) destinatário(s), comprovando-se nos autos no prazo de 10 (dez) dias. Caso o ofício seja destinado à Nextel, ciência de que a Unidade de Processamento Judicial providenciará a expedição utilizando-se de ferramenta disponibilizada pela empresa (<https://app.pipefy.com/public/form/rbhSqY0Z>)."

Do que dou fé.  
São José dos Campos, 20 de julho de 2020.

Daniel de Moura Dias

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DANIEL DE MOURA DIAS, Unidade de Processamento Judicial do TJSP, em 20/07/2020 às 18:26:46, sob o número WJSJC20702054011. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1034529-82.2019.8.26.0577 e código 92FZ208.

## CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0507/2020, foi disponibilizado na página 2283 do Diário da Justiça Eletrônico em 21/07/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

## Advogado

Vinícius Dantas Garcia (OAB 12831/RN)

Luis Gustavo Vincenzi Silveira (OAB 211252/SP)

Helio Siqueira Junior (OAB 62929/RJ)

Martinho Alves dos Santos Junior (OAB 196587/SP)

Teor do ato: "Ofício emitido. Sem a necessidade de comparecimento pessoal dos advogados à Unidade de Processamento Judicial, na medida em que poderão acessar o sítio do Tribunal de Justiça e ali obter cópia do documento com assinatura digital (instruindo-o com cópias processuais completas, se o caso) e, diretamente, encaminhá-lo ao(s) destinatário(s), comprovando-se nos autos no prazo de 10 (dez) dias. Caso o ofício seja destinado à Nextel, ciência de que a Unidade de Processamento Judicial providenciará a expedição utilizando-se de ferramenta disponibilizada pela empresa (<https://app.pipefy.com/public/form/rbhSqY0Z>)."

São José dos Campos, 21 de julho de 2020.

Daniel de Moura Dias

Escrevente Técnico Judiciário